

ENTREVISTA TEMÁTICA COM

MARIA PAULA MENESES:

“ESTAMOS NO MESMO MAR, MAS NÃO NO MESMO BARCO”*

Ivoni Richter Reimer**

Resumo: *a entrevista foca na realidade de (i)migrantes no contexto da pandemia de COVID-19. A entrevistada contextualiza essa pandemia no conjunto de epidemias anteriores, constata que essa é global e denuncia a crise da saúde pública. Contudo, afirma que, mesmo estando todos(as) no mesmo mar, não estamos todos(as) no mesmo barco, remetendo metaforicamente às históricas fraturas abissais em sociedades patri-coloniais: as pessoas mais assoladas são as mais vulnerabilizadas em longos processos de exploração e discriminação. A pandemia escancara realidades existentes e aprofunda assimetrias de classe, gênero e etnia, exponenciando preconceitos religiosos. Por outro lado, coloca-se como oportunidade de ações solidárias e de reflexão a partir de perspectivas epistemológicas do Sul, em que importa valorizar conhecimentos múltiplos e observar criticamente ações de governos, cuja função é proteger o seu povo. Conclama à descolonização de conhecimentos e de universidades, à proteção dos direitos humanos dos mais vulneráveis, à co-construção dialógica de saberes e ao reconhecimento desse conhecimento alternativo feito de alternativas também na luta e na prevenção de pandemias.*

* Entrevista feita por Ivoni Richter Reimer, via email em 04.06.2020, com consentimento da entrevistada, professora Dra. Maria Paula Meneses, de Moçambique. Doutora em Antropologia (Universidade de Rutgers/EUA). Mestra em História (Universidade de S. Petersburgo/Rússia). Investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais (CES – Universidade de Coimbra/Portugal), onde co-coordena o Programa de Doutoramento em “Pós-Colonialismos e Cidadania Global” e co-coordena com prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos o Curso Internacional “Epistemologias do Sul”. *E-mail:* menesesp@ces.uc.pt

** Doutora em Filosofia/Teologia/Ciências da Religião (Universität Kassel), com pós-doutorado em Ciências Humanas (UFSC). Bacharel em Teologia (Faculdades EST). Professora na PUC Goiás (PPGCR). Pesquisadora Bolsista Produtividade CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Religião, Gênero e Poder. *E-mail:* ivonirr@gmail.com.

Palavras-chave: *Imigrações. Pandemia COVID-19. Religião e Política. Ciências. Direitos Humanos.*

1. ESTAMOS VIVENDO TRÁGICAS EXPERIÊNCIAS EM TEMPOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO MUNDO INTEIRO. CONTUDO, ELA NÃO SE ABATE IGUALMENTE SOBRE TODAS AS PESSOAS, MAS PRINCIPALMENTE SOBRE AS MAIS VULNERABILIZADAS, ENTRE ELAS (D)MIGRANTES EM SITUAÇÃO ILEGAL, ALOJAMENTOS... COMO VOCÊS, NO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, ESTÃO TRABALHANDO E ENFRENTANDO ESSA QUESTÃO?

RESPOSTA: A pandemia do COVID-19 segue, tal como no caso de outras pandemias, as rotas dos contactos; neste momento está presente em todo o mundo, sem precisar de passaporte. Embora nenhum governo ou instituição estivesse preparado para lidar com esta pandemia, hoje alguns meses passados, as experiências mostram que podemos estar todos no mesmo mar, mas não estamos todos no mesmo barco. Metaforicamente falando, há muitas pessoas que sequer conseguem estar num barco, e nadam para procurar uma solução. A COVID-19 veio mostrar, de forma brutal, as fraturas abissais que marcam as nossas sociedades, fraturas que expõem uma pedagogia de exclusão radical. Quem está a morrer são os grupos e comunidades que estão mais vulnerabilizadas: sem direitos, desempregados, sem proteção social. No meu país, em Moçambique, fazer o confinamento é quase impossível. Nos bairros populares, nas favelas, as casas são minúsculas e não é possível garantir o isolamento; e a maioria das pessoas vive de uma economia informal, que gera um rendimento básico para o dia seguinte. Muitas destas pessoas (30% da população do mundo) não têm acesso a água potável nas suas casas; como pedir-lhes para lavar as mãos 8 vezes por dia, como recomenda a OMS? Ficar fechado em casa ou sair coloca o mesmo risco – morrer de vírus ou morrer de fome. E esta realidade é comum a muitos países do Sul global; creio que é importante aprendermos uns dos outros como estamos a lidar com estes problemas, a partir das ausências – do que não é conhecido como saber importante, vital – e da sociologia das emergências, dos pequenos alcances comunitários, e/ou em diálogo com o Estado, se vão desenvolvendo para proteger as pessoas.

Esta é uma reflexão que vários de nós estamos a fazer no Centro de Estudos Sociais (CES), em diálogo com vários colegas. O Sul tem sido assolado por várias epidemias e tem experiências que importa resgatar. O CES é um centro internacional, que procura analisar criticamente o mundo a partir das Ciências Sociais, Artes e Humanidades. O vírus, um micro elemento que atravessa

mundos, apanhou-nos desprevenidos, como noutros lugares do mundo. Procurámos, com todos os desafios associados, transformar a discussão presencial para a discussão, temporária, à distância. Mas as Ciências Sociais fazem-se com pessoas, e não à distância. Precisamos de confiança, de convivialidade, solidariedade, de compreender os outros através das suas expectativas, problemas, lutas, experiências. Os protestos globais *#blacklivesmatter* nos EUA, ou contra o fascismo no Brasil, têm mostrado a importância da presença física, com todos os riscos associados. As revoltas contra o racismo, o genocídio, são feitas por pessoas que mostram a força do colectivo, que expõem o desconforto, a revolta que caracterizam o Sul global. Este Sul é um vastíssimo campo de experiências de luta por um mundo melhor, um mundo respeitador da dignidade e da humanidade na sua diversidade. Não é possível desperdiçar estas experiências; pelo contrário, num Sul que tem sido atingido por múltiplas pandemias (sociais, económicas, políticas), a experiência acumulada é importante. Do Ébola ao HIV-AIDS, passando pela malária ou pelo dengue, há que perguntar o que aprendemos e o que se deve colocar à disponibilidade dos povos e comunidades do mundo, para melhor enfrentar estes males. Em muitos contextos em que o Estado não conseguiu apoiar os seus cidadãos, as forças comunitárias foram fundamentais. Desde as quarentenas usadas pelos povos indígenas nas Américas, ao uso das línguas nacionais para divulgar saberes e práticas que apoiam a proteção das pessoas, são as experiências organizadas por comunidades fundamentais para a nossa existência. Há muitos saberes e emergências que estão a funcionar, para além da ciência. Neste momento a própria ciência moderna em muitos contextos está cheia de perplexidades, sem que os dirigentes políticos saibam a melhor forma para resolver este problema. Há uma ecologia de saberes que está a ser activada para procurar sustentar a pandemia. Por exemplo, muitos são os académicos que afirmam que esta pandemia é parte da crise do Antropoceno, fruto de uma exploração excessiva da natureza. Mas a destruição desenfreada da natureza, sobretudo das suas florestas, os pulmões da Terra, têm vindo a ser denunciadas desde há várias décadas pelos povos indígenas e populações ribeirinhas da Amazônia brasileira, pelos povos que habitam a zona da floresta do Congo ou ainda a zona de floresta equatorial da Indonésia.

O CES tem uma vida académica activa, combinando a pesquisa com a formação avançada e a disseminação e divulgação de conhecimentos, a partir de debates envolvendo colegas de vários lugares do mundo. Enquanto centro internacional, com investigadores oriundos e trabalhando em vários territórios do mundo, tem investigadores que circulam muito. Para nós foi uma surpresa ter de suspender estas actividades, que eram uma forma de fazer conhecimento com colegas de outros lugares do mundo, incluindo o Sul global; porque uma ciência crítica

situada assume que qualquer tema de pesquisa terá vários cambiantes, em função dos contextos em que se inscreve. Este reconhecimento (um desafio aberto a qualquer tentativa de universalização de qualquer saber ‘local’) obriga-nos a diálogo entre saberes, integrando várias reflexões e posições, o que Boaventura de Sousa Santos designa de Epistemologias do Sul. No CES, muitos de nós procuramos dialogar, de forma tendencialmente horizontal, com colegas que trabalham temas que obrigam a problematizar a presença do capitalismo, do patriarcado e do colonialismo na atualidade.

A questão colonial é especialmente importante a este respeito. Durante a conferência de Bandung, em 1955, o presidente da Indonésia denunciou a linha abissal que alimentava o imperialismo, uma linha que separava os que mandavam dos que eram mandados. E os mandados, os povos colonizados, não podiam circular livremente pelo mundo. Esta presença da relação colonial-capitalista não permite que a circulação aconteça livremente no mundo, reproduzindo situações de exclusão social. E, no caso da pandemia colonial, a exclusão é dramática – não se permite que os conhecimentos e experiências do Sul, desses territórios marcados pela exclusão abissal e pela violenta exploração, sejam reconhecidos como importantes; sequer se percebem as pessoas do Sul como humanos, com direitos à vida e a respirar. A subhumanidade continua... As desigualdades continuam de forma violenta.

Insistir unicamente no uso de tecnologia de *e-learning*, de tecnologias à distância, vai totalmente contra o conhecimento com solidariedade. Não é possível fazer um conhecimento desde o Sul com corpos ausentes, com desconhecimento dos problemas do mundo. No meu país, por exemplo, estamos há dois anos a sofrer ataques de forças islâmicas fundamentalistas, que já causaram muitas mortes e destruição. Há mais de 50.000 deslocados internos, uma forma de ‘migrantes’ que perderam tudo. E há uma ausência total deste tema nas notícias mais globais. A solidariedade no Sul passa pela indagação destas exclusões abissais, por uma educação que recupere a nossa humanidade, na nossa diversidade.

2. NOS SEUS ESTUDOS, JUNTO COM O PROFESSOR DR. BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, COMO TÊM PERCEBIDO AS MANIFESTAÇÕES DE TOLERÂNCIA E INTOLERÂNCIA SOCIOCULTURAL E RELIGIOSA DOS PAÍSES E CIDADÃOS RECEPTORES EM RELAÇÃO AOS (I)MIGRANTES?

RESPOSTA: A atual pandemia do coronavírus é, na sua origem, uma crise de saúde pública. No entanto, a crise global gerada pelo novo coronavírus apresenta muitas outras dimensões - económica, social, política, religiosa e ambiental.

O caso da economia, por exemplo, o impacto da pandemia tem duas faces: por um lado, os donos do capital tornaram-se ainda mais ricos, como é o caso do dono da Amazon. Bezos, o fundador e dono da Amazon, viu a sua fortuna aumentar em muito por as compras *online* terem aumentado, consolidando a sua posição como o homem mais rico do mundo. O mesmo aconteceu com a família responsável por gerir as cadeias de supermercados Walmart, no Reino Unido, que viu os seus lucros subirem, face ao crescimento radical dos pedidos durante o confinamento. Por outro lado, o impacto económico da crise na vida das pessoas revela-se nas elevadas taxas de desemprego. Várias actividades económicas encerraram temporariamente, mas muitas provavelmente não reabrirão. O volume e o valor das trocas comerciais internacionais tombaram, enquanto as dívidas públicas e privadas aumentaram. A recuperação económica não será fácil, sobretudo a Sul onde as economias são mais frágeis e dependentes do investimento externo. No campo social, a crise é igualmente problemática. Mais abaixo cito alguns exemplos de ações desenvolvidas em prol o reforço da solidariedade e do apoio mútuo, mas houve respostas à crise da pandemia da COVID-19 muito preocupantes. Entre estas está o aumento de denúncias de violência doméstica e de feminicídio, trabalhadores forçados a trabalhar em condições expostas sem proteção adequada, o aumento de bodes expiatórios nacionalistas e racistas etc.

A economia global depende muito de mãos de obra migrante: apanhadores de tomate da América Central que trabalham na Flórida, trabalhadores da construção civil de Bangladesh em Abu Dhabi, ou migrantes moçambicanos, malawianos e zimbabueanos na economia formal e informal sul-africana. A migração global provou que é parte integrante do sistema neoliberal global, embora as suas particularidades dependam de cada região, país e cidade, bem como em cada família.

No contexto africano, os primeiros casos detectados compartilham uma característica comum: a origem da contaminação tinha uma origem externa ao continente (o que contraria a ideia de que as grandes pandemias têm origem em África). A maioria dos viajantes que testaram positivos à COVID-19 tinha estado fora da África por motivos comerciais, familiares ou religiosos. Além dos africanos, houve contaminação através de turistas e residentes estrangeiros que trabalham no continente.

Em vários países, o desconhecimento e o medo geraram situações de intolerância e xenofobia em relação quer aos estrangeiros, interpretados como potenciais contaminadores, quer de discriminação em relação aos seus congéneres, por medo de possível contágio. Qualquer pessoa externa às aldeias e pequenas vilas era vista como ‘um perigo’ e estigmatizada, como aconteceu no Malawi, onde dois moçambicanos acusados de disseminar o vírus foram espancados

até a morte. Em Nador (Marrocos), vários campos para migrantes em trânsito foram destruídos.

Estas cadeias de contágio expuseram circulações transnacionais, que normalmente não são muito visíveis fora do continente. A decisão de encerramento de fronteiras, um pouco por todo o continente, gerou dificuldades, tensões e situações dramáticas, principalmente para os migrantes. Por exemplo, mais de 2.500 migrantes em trânsito no Níger, Burkina Faso, Mali e Chade ficaram bloqueados e tiveram de ser resgatados no meio do deserto.

Em várias mídias sociais, os migrantes retidos na Tunísia, depois de fugir da Líbia, multiplicaram os pedidos de ajuda. Um jovem congolês afirmou que sem a solidariedade dos tunisinos que os haviam alimentado, já teriam morrido. Por um lado o horror dos ataques a estrangeiros vistos como potenciais portadores da morte; do outro lado, a solidariedade e o apoio ao outro.

No caso da Índia, a pandemia está na base do aumento de actos de discriminação religiosa contra os muçulmanos, um grupo religioso minoritário no país. Ainda em março, o Ministério da Saúde da Índia anunciou que 30% dos casos de contágio de coronavírus estavam associados a uma reunião do Tablighi Jamaat, um grupo missionário muçulmano, realizado em Delhi. Fruto desta afirmação, num contexto de afirmação crescente do fundamentalismo hindutva. O hindutva tem sido descrito como um movimento fascista por alguns, pois apela a uma noção ‘nacional’ homogeneizada, assente na hegemonia cultural hindu, num país marcado por uma grande diversidade cultural e religiosa. A população minoritária muçulmana do país tem sido alvo de uma série de ataques de extremistas hindus, acusando os muçulmanos de “corona jihad”. Como vários analistas afirmaram, vincular o novo coronavírus a um evento organizado por muçulmanos pode resultar em mais ódio religioso no país, alertando igualmente para os efeitos das teorias da conspiração islamofóbica poderem continuar a semear a violência mesmo após a pandemia. Este exemplo não é único, infelizmente. A pandemia causou um surto de intolerância religiosa em muitos países. Como resultado, migrantes, refugiados e requerentes de asilo integrando grupos minoritários estão a ser estigmatizados. Estas pessoas têm enfrentado o abuso verbal, ameaças de morte, ataques físicos, discriminação no acesso a serviços públicos, etc.

Na Europa, muitos migrantes enfrentam situações semelhantes. Grupos de requerentes de asilo tentam atravessar da Bósnia para a Croácia (ou seja, entrar na União Europeia), uma fronteira guardada por esquadrões da polícia. Tentar atravessar esta fronteira é, como vários migrantes afirmam, um empreendimento perigoso. Membros de ONGs a trabalhar na zona, assim como médicos e funcionários da ONU têm denunciado os abusos sistemáticos e os actos de violência perpetrados pela polícia sobre os migrantes. Em maio de 2020, o jornal britâ-

nico The Guardian expôs a violência da polícia croata, que supostamente teria pintado as cabeças dos requerentes de asilo com cruces com *spray*, sempre que estes tentavam atravessar a fronteira da Bósnia. Na opinião de um membro de uma ONG que opera na região, duas motivações explicam esta ação da polícia: por um lado as autoridades croatas usam a tinta para identificar e humilhar quem tenta atravessar a fronteira; mas esta ação é também uma tática para traumatizar psicologicamente essas pessoas – maioritariamente muçulmanas – com um símbolo religioso – uma cruz.

Nos próprios EUA, a liberdade religiosa, acalentada como um ideal, tem sido frequentemente invocada durante protestos contra as medidas de saúde pública para sustentar a pandemia da COVID-19. No país, muitos cristãos conservadores desrespeitaram abertamente as ordens de distanciamento social, por vezes violando mesmo a lei, alegando que Deus, e não as instituições do Estado, protegeria o povo. Durante a Páscoa, vários líderes evangélicos e pentecostais, frequentemente contando com apoio de políticos republicanos, colocaram ações contra os governos municipais e dos estados, argumentando que restringir as reuniões religiosas para limitar a propagação da COVID-19 era uma violação da liberdade religiosa. A suspeita, por parte dos crentes, da autoridade científica e governamental foi compartilhada por comunidades judaicas hassídicas, uma comunidade que conheceu um número significativo de pessoas infectadas com a COVID-19 no estado de Nova York.

Num momento em que as soluções para sustentar a pandemia assentam, sobretudo, na prevenção dos contactos, e onde a informação, por vezes, não é adequadamente transmitida e discutida, outras formas de explicação desafiam o poder público. Nos Estados Unidos, o sentido dos serviços de saúde pública continua a ser um foco de tensão política nacional e religiosa. A atual administração republicana usa regularmente a legislação que defende a liberdade religiosa, incluindo regras de objeção de consciência para prestadores de serviços de saúde, para acabar com o Medicare, limitando o acesso aos serviços de saúde para mulheres, LGBTQ, pessoas pobres e rurais. Neste sentido, a pandemia está a revelar as fraturas abissais que marcam as nossas sociedades quanto aos serviços de saúde pública. A função do Estado, na proteção dos cidadãos – incluindo a garantia de serviços de saúde – será objeto de avaliação quanto à sua eficácia durante a pandemia da COVID-19, e poderá determinar o futuro eleitoral de vários líderes políticos. Nesta avaliação é fundamental ter em linha de conta o papel das comunidades religiosas e os ideais de liberdade religiosa no apoio ou na limitação da saúde pública, seja nos EUA, no Brasil, na Índia ou na Tanzânia.

3. EM SUAS PESQUISAS, CONSEGUIRAM PERCEBER TAMBÉM MANIFESTAÇÕES DE SOLIDARIEDADE, APOIO E ACOLHIDA DE PESSOAS

E GRUPOS (I)MIGRANTES? GOSTARIA QUE DETALHASSE ISSO MELHOR, POIS BOAS EXPERIÊNCIAS SÃO IMPORTANTES PARA ACALENTAR ESPERANÇA E MOTIVAR PARA AÇÕES PARECIDAS, QUE PRECISAM SER DIVULGADAS.

RESPOSTA: As migrações são um fenómeno global. Mas há diferenças nestes processos.

Por exemplo, os ‘migrantes do norte’ que chegam a Moçambique são apresentados como expatriados, que se ‘oferecem’ para dar pistas para o desenvolvimento de Moçambique. Mas é um jogo errado; assenta na ideia que não há pessoas academicamente bem treinadas no país, que conhecem os circuitos legais, por exemplo. Esta ideia, que é fruto do ‘fardo do Homem branco’ (para citar Kipling), assenta também na ideia de uma hierarquia de formação; que há universidades de primeira e de segunda, e que as ‘melhores’ universidades estão no Norte. Dai resultam as diferenças das possibilidades de circulação, de reconhecimento, de aceitação. Muitos de nós, do Sul, quando chegamos a universidades do Norte, levamos connosco, na bagagem epistémica, as representações negativas que pesam sobre nós. Trabalhar no Norte como ‘migrante’ do Sul obriga a vários exercícios de aceitação – que nos aceitem como mulheres académicas (lutando, também, contra o patriarcado que marca o Norte), como mulheres do Sul, com capacidades intelectuais fundamentais para ajudar a descolonizar a universidade moderna. Descolonizar a universidade é abri-la a múltiplos saberes e reflexões, maximizando a presença de estudantes, professores e saberes que transportam, não desperdiçando a experiência, como nos lembra Boaventura de Sousa Santos.

Na Europa tem havido muitos exemplos, talvez menos conhecidos, sobre as redes de solidariedade que se formaram para apoiar os sectores sociais mais vulnerabilizados. Desde grupos de jovens que apoiam os mais idosos em ir às compras, em realizar pequenas tarefas em épocas de especial confinamento para os mais idosos. E houve, também, forças que se mobilizaram para denunciar os grupos mais vulneráveis. Por exemplo, em Portugal, com a escola a funcionar à distância, muitas crianças ficaram sem acesso à escola. A opção foi a escola pela televisão; noutra plano aconteceu a distribuição de computadores a crianças que os não tinham, incluindo crianças filhas de migrantes. Mas mesmo assim com muitos problemas. E por isso a importância do regresso à escola, aos amigos, à criatividade que é fruto de uma educação popular em grupo.

E houve opções políticas importantes. Por exemplo, o governo de Portugal concedeu residência temporária a imigrantes e candidatos a asilo com processos ainda pendentes. Esta medida garante aos imigrantes e solicitantes de asilo acesso a benefícios sociais e de saúde, incluindo acesso ao serviço nacional de saúde, contas bancárias e contratos de trabalho e aluguel, até pelo menos, 1 de julho deste ano. Esta opção reflecte o espírito de igualdade entre os seres humanos, pois que os

migrantes enfrentam as mesmas ameaças à saúde que a restante população que habita em Portugal. Normalmente os migrantes que ainda não têm a sua situação regularizada não conseguem aceder aos serviços sociais e de saúde com medo de deportação, pelos elevados custos financeiros da saúde privada, pelas barreiras linguísticas, exclusão e medo de estigma e discriminação, etc. Esta medida política, num contexto de crise, contribuiu para proteger os direitos humanos dos mais vulneráveis e criar uma resposta mais forte, eficaz e equitativa.

Noutro contexto, no Reino Unido, mais de meio milhão de pessoas voluntariaram-se para apoiar o serviço nacional de saúde na luta contra o coronavírus. Estes voluntários são fundamentais para entregar alimentos e medicamentos, para levar os pacientes às consultas e para assegurar o contacto por telefone com doentes isolados. Este apoio solidário permitiu aliviar a pressão do serviço público de saúde. Talvez o que esteja em falta, para memória futura, para que esta riqueza de pequenas experiências não se perca, é o recolher de depoimentos, para ajudar a conhecer melhor como a pandemia da COVID-19 está a afetar migrantes e outros grupos vulnerabilizados. Que histórias pessoais, frustrações, celebrações importa não perder? Em Portugal foi lançada a ‘Sebenta da Quarentena’, destinada a “alimentar a alma” dos idosos, numa altura em que o isolamento foi potenciado devido à pandemia. Esta iniciativa, que juntou atividades criadas por 40 autores portugueses, é gratuita, tendo sido distribuída porta a porta. Um caderno de comunicação, estas folhas foram uma forma de comunicação, que desafiou o isolamento dos mais idosos, um grupo muito vulnerável face à COVID-19.

4. GOSTARIA DE EXPRESSAR MAIS ALGO SOBRE O TEMA DO DOSSIÊ TEMÁTICO DA NOSSA REVISTA CAMINHOS?

RESPOSTA: Neste momento a atenção das mídias está, sobretudo, centrada no Norte global - Europa e América do Norte, onde as taxas de contaminação e o número de mortes são das mais altas. Menos atenção está a ser dada aos países do Sul, que normalmente são vistos como um problema que o ‘Norte’ terá de resolver. Importa compreender como países como o Senegal, o Perú, entre muitos outros, procuraram sustentar a pandemia e os seus impactos. E importa não esquecer aqueles que ficam silenciados pela exclusão abissal extrema, para além das prioridades dos governos nacionais: os sem-teto, os migrantes, os refugiados, todos aqueles e aquelas que não têm acesso a cuidados de saúde e para quem medidas como o distanciamento social, o trabalho em casa e a lavagem de mãos durante 20 segundos várias vezes ao dia simplesmente não são possíveis.

Para além de dar os parabéns por esta excelente iniciativa, é importante dar continuidade a estes diálogos interculturais e interpolíticos, a partir de experiências e contextos do Sul global, colocando em contacto académicos, líderes comunitários,

grupos culturais, entre muitas outras pessoas cujas valias são muito importantes. Por um lado, permitem resgatar os saberes e guardar as memórias e experiências de eventos e ações passadas; por outro lado, estes saberes, partilhados, são um momento e um repositório importante para pensar o futuro num momento tão grande de incertezas. Usando uma reflexão de Boaventura de Sousa Santos, não há uma teoria alternativa; este momento que vivemos revela a importância do pensamento colectivo, construído numa base dialógica, que agrega experiências. Além de dar força aos processos identitários, mostra que o que nos marca é um processo rico de co-construção de saberes, contextuais na medida em que respondem a problemas específicos, mas cuja riqueza só permite que estes saberes sejam percebidos como um bem comum. E assim só é possível reconhecer a existência de um pensamento alternativo feito de alternativas. Esta é a grande característica do Sul global – um saber feito de saberes, as epistemologias do Sul.

THEMATIC INTERVIEW WITH MARIA PAULA MENESES: “WE ARE IN THE SAME SEA, BUT NOT IN THE SAME BOAT”

Abstract: *the interview focuses on the reality of (im)migrants in the context of the COVID-19 pandemic. The interviewee contextualizes this pandemic in the set of previous epidemics, notes that this one is global and denounces the public health crisis. However, she says that even though we are all in the same sea, we are not all in the same boat, referring metaphorically to the historic abyssal fractures in patri-colonial societies: the most devastated people are the most vulnerable in long processes of exploitation and discrimination. The pandemic opens wide existing realities and deepens asymmetries of class, gender and ethnicity, exposing religious prejudices. On the other hand, it presents itself as an opportunity for solidarity actions and reflection from the epistemological perspectives of the South, where it is important to value multiple knowledge and critically observe the actions of governments, whose function is to protect their people. It calls for the decolonization of knowledge and universities, the protection of the human rights of the most vulnerable, the dialogical co-construction of dialogical knowledge and the recognition of this alternative knowledge made of alternatives also in the fight and prevention of pandemics.*

Keywords: *Immigration. COVID-19 pandemic. Religion and Politics. Sciences. Human rights.*

Nota

- 1 Nota da entrevistadora: ver SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.